

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.171 - SP (2019/0296310-5)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : MARIA CECÍLIA REMOLI DE SOUZA LOPES - SP108711
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FELIPE DIAS RESENDE DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de FELIPE DIAS RESENDE DA SILVA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o Juízo da Execução Penal indeferiu o pedido do paciente de retificação do cálculo da pena (fl. 29). O Tribunal de origem negou provimento ao agravo em execução penal da defesa, sob os seguintes fundamentos:

[...] Com a devida vênia, a manifestação lançada pelo d. Promotor de Justiça oficiante, em sede de contrarrazões, equaciona a questão, ao sustentar, verbis:

“Com efeito, o sentenciado iniciou o cumprimento da pena em execução nos autos nº. 0075790-83.2013.826.0050 em 27/08/2013. Entretanto, referida pena, foi extinta pelo cumprimento em 26/12/2018.

Porém, conforme se observa pela análise dos documentos constante aos autos, a pena do fato em execução no PEC principal somente teve início no dia seguinte ao cumprimento daquela 27/12/2018.

Assim, como se vê, não há que se falar em retificação do cálculo de penas, como pretende o agravante, pois, caso contrário haveria cumprimento concomitante de penas.

Outrossim, inviável a unificação da pena em execução no PEC principal, com a pena iniciada em 30/11/2017, tendo em vista que tal pena já foi integralmente extinta” (fls. 44/45).

Dessarte, não se tratando, na hipótese, de unificação, nos termos do artigo 111, da LEP, correta a r. decisão guerreada.

[...] (fls. 57/58).

A impetrante afirma que o paciente, durante o cumprimento da pena do primeiro delito, iniciada em 27/8/2013, praticou o segundo delito em 30/11/2017, cuja pena teve início em 27/12/2018. Sustenta que, como não houve interrupção entre o

Superior Tribunal de Justiça

cumprimento das duas penas, o termo *a quo* do livramento condicional é 27/8/2013 e da progressão 30/11/2017 (data da falta grave – prática do segundo delito).

Requer a concessão da ordem nesse sentido, inclusive em liminar.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida. Porém, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo da Execução Penal.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator